

# **PARTIDOS E EFETIVIDADE DA COMPETIÇÃO POLÍTICA EM PERSPECTIVA COMPARADA: O CASO DE MOÇAMBIQUE E BRASIL**

Fidel Terenciano<sup>1</sup>

## **Introdução**

A problemática de estudos de sistema partidários e partidos políticos apresenta-se complexa, ao mesmo tempo em que vasta literatura já foi desenvolvida a respeito desta temática, torna-se relevante recapitular alguns elementos tanto teórico quanto empírico. Neste contexto, urge estudar o sistema partidário dos dois países em alusão, discutindo o funcionamento dos partidos políticos e a estrutura da competição política dos mesmos países. Autores como Manwaring e Torcal (1995, 2006) sustentaram que os eleitores, os partidos políticos bem como os sistemas partidários são diferentes em cada contexto, e se estruturam considerando as conjunturas sociais e políticas de cada coletividade. Desta forma, pensar nos partidos políticos nas democracias, ditas da 3ª Onda, conforme a tipificação de Huntington na sua obra (A Terceira Onda da Democracia 1990) e as democracias seculares como é o caso de vários países Ocidentais (Inglaterra, Itália, EUA) é necessário levantar um conjunto de argumentos prós ou contra que vão sustentar ou evidenciar as características *sui generis* para explicar os sistemas partidários e o funcionamento das instituições políticas, chamadas de Partidos Políticos.

Neste contexto, este estudo apresenta como objetivo de investigação, verificar a competição partidária, e os contornos e funcionamento dos partidos políticos em Moçambique e Brasil, descrevendo as dinâmicas do sistema partidário como um todo, e a sua estrutura da competição. A nosso ver, análise do sistema partidário e partidos políticos, poderia ser limitada se não houver inclusão de estudos teóricos e empíricos desenvolvidos

---

<sup>1</sup> Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil. E-mail: fideldeanarosa@gmail.com.

por Duverger (1961), Huntington (1991), Griffin (2010), Inglehart (1971), Sartori (1982), Aldrich (1995), Webb (2000), Dalton e Wattenberg (2000), Eldersveld (1964).

Em termos metodológicos, trata-se de um trabalho exploratório e descritivo. Foi considerada a base de dados sobre os processos políticos em perspectiva comparativa, e realizando um mix com medidas de produtividade qualitativa e quantitativa, como forma de compreender a evolução e retrocessos dos sistemas partidários e a competição política, o funcionamento dos partidos políticos nos dois países. Foi analisado o processo da estrutura do sistema partidário e a competição eleitoral nos dois países, tendo como base de dados dos resultados eleitorais oficiais agregados, que se encontram disponíveis nos sites dos órgãos de gestão eleitoral dos dois países. Em termos temporais, a nossa análise vai desde os processos de democratização dos dois países, e recorreremos ao enfoque comparativo para visualizar algumas semelhanças ou diferenças nos dois campos políticos.

Assim, o artigo apresenta-se estruturado da seguinte forma: a segunda parte do texto, traz um conjunto de argumentos teóricos sobre o sistema partidário e os partidos políticos como entes fundamentais no funcionamento do sistema político moderno; a terceira parte traz caracterização contextual dos dois países e última parte reservada para alguns elementos empíricos, como o caso do número de partidos políticos como um todo, e os efetivos em particular, a estrutura da competição. E finalmente algumas considerações finais, pois se trata de uma pesquisa exploratória.

## **Estrutura do Sistema Político e Partidário: Considerações Teóricas**

O debate sobre o sistema partidário sempre foi associado a dois elementos: de um lado a estrutura institucional como sua determinante, isto é, o sistema eleitoral, e de outro lado, o funcionamento dos partidos políticos e como a estruturação do voto e comportamento político como outra determinante do sistema partidário. Dois elementos devem ser considerados para retomar o debate dos sistemas partidários. De um lado, pensar o sistema partidário, considerando as nuances sociais, tais como: a dimensão socioeconômica, esquerda X direita, religioso, étnico X cultural, urbano X rural; apoio do regime, política externa ou pós materialismo (Mair 1996; Dalton & Wattenberg 2000; Sartori 1982) e de outro lado, as instituições políticas enquanto regras de convivência, *modus vivendi*

e *operandi* dos atores políticos podem determinar a estrutura do sistema partidário (Rothstein 2001; Steinmo & Thelen 1992).

Deste modo, o debate sobre o sistema partidário, como enfatiza Tavares (1994), é uma dimensão envolvente e complexa do sistema político e o seu perfil resulta da associação única para cada caso contextual de quatro conjuntos forte de fenômenos, a saber:

[...] 1- a organização interna dos partidos, incluindo as relações entre elites dirigentes, quadros, membros aderentes, eleitores e massas; 2- as relações entre as diferentes forças e tendências ou projetos, bem como entre clivagens sócio-políticas relevantes, em que se divide a sociedade, e os partidos; 3- a natureza da competição eleitoral e parlamentar entre os partidos; e finalmente 4- as relações entre os partidos quanto à sua participação relativa de cada um no mercado eleitoral e no exercício da representação política e do governo [...] (Tavares 1994, 287).

Os três últimos fenômenos são com maior ou menor grau, afetados pela diferenciação da sociedade, por um lado, e pela cultura política, que inclui percepções, valores, e atitudes, que se situam no pragmatismo e na política ideologicamente polarizada, pelo número de partidos e pelo sistema eleitoral. A construção do nosso argumento vai basear-se na ideia de que sistema partidário está ancorado pelas categorias e efeitos do sistema eleitoral.

## Partidos Políticos e seu Funcionamento dentro do Sistema Partidário

Autores anteriormente indicados (Paiva, D; Braga, M; & Pimentel, J 2007; Webb 2000; Dalton & Wattenberg 2000), explicam que a estrutura do campo político e da competição eleitoral é um dos indicadores primordiais dos partidos políticos em democracias tidas representativas. Isto porque, é a atividade que lhe confere maior visualização e encarna consigo mesmo o papel essencial na relação entre os eleitores e o sistema político como um todo, dada a sua dimensão e possibilidade de recrutar para diferentes funções e oferecer aos cidadãos uma integração prática ou simbólica nos diferentes canais da governabilidade.

Convencionou-se que os partidos políticos desempenham algumas funções (Strom, Dalton & Wattenberg 2000; Katz & Mair 1994; Webb 1994; Scarrow 2000; Farrell & Webb 2000; Diamond & Gunther 2001), e estas são subcategorizadas em três níveis: Os partidos políticos no Eleitorado (considerando os partidos como um conjunto de eleitores, membros

e ativistas); Partido como Organização Partidária (o partido como uma organização extraparlamentar projetada, para contestar ou participar de eleições) Partido no Governo (partido aqui têm a dimensão de organização de funcionários públicos).

Como forma de consubstanciar estes três pontos e que permitem a existência dos partidos políticos em tempos modernos, é necessário associá-los a quatro pontos principais que alguns autores elencaram (Dalton & Wattenberg 2000; Webb 1995, 2002; Held 1996; Scarrow 1996):

<p><b>Governança e Recrutamento Político</b></p>	<p>Aqui deve ser pensado na dimensão entre indicação ao governo e recrutamento. Pensar do mesmo modo, o cinismo dos eleitores sobre o impacto dos partidos no governo, repensando a dimensão: pessoal do governo e o processo de recrutamento (Dalton &amp; Wattenberg 2000; Webb 1995).</p>
<p><b>Articulação de Interesse e Agregação</b></p>	<p>Isso requer que os partidos atuem como mecanismo de ligação entre representantes, sociedade e estado; Do mesmo modo, Articulação sugere a ideia do papel desempenhado pelos partidos e outras instituições em expressar e buscar as demandas políticas; Agregação, processo relacionado ao momento cujo partidos agrupam as exigências de vários grupos sociais (Dalton &amp; Wattenberg 2000; Held 1996; Scarrow 1996; Cockett 1994).</p>
<p><b>Comunicação Política ou Educação Política</b></p>	<p>A ideia de dependência das formas não partidárias dos meios de informação e comunicação política (Dunleavy 1985), e ajudar informar e educar cidadãos sobre assuntos públicos e políticos, isto é, os partidos desempenhando a dimensão de educação política (Scarrow 1996; Dalton &amp; Wattenberg 2000; Cockett 1994; Miller 1989).</p>

Fonte: Adaptado pelo autor (2017)

Estudos recentes evidenciam que os partidos políticos enquanto elementos essenciais do funcionamento do sistema político estão passando

por um conjunto de transformações desde a década de 1960. Várias foram as razões, que resumidamente, destacamos: o pêndulo ideológico, recrutamento eleitoral, participação política e apoio popular, e fortalecimento ideológico, mas não se reformularam em termos de coerência política (Green 2002). Daqui evidenciam-se duas perspectivas para analisar a funcionalidade dos partidos políticos na contemporaneidade. De um lado, os declinantes - autores como (Wattenberg 1991; Ware 1985; Croty & Jacobson 1980), e sustentam a ideia de que o partido como organização, desapareceu e perdeu a sua utilidade. De outro lado, temos a tese dos revivalistas e os expoentes são (Fisher 1978; Frantzich 1989; Petterson 1996). Aqui se sustenta a ideia de que as principais organizações partidárias foram desenvolvidas no pós 2ª Guerra, mas nos anos 1980, os partidos tinham conseguido recursos para seu auto sustento e funcionamento<sup>2</sup>; Os partidos começaram se adaptando aos desafios da centralização dos candidatos, maior tendência de coerência ideológica, conforme Aldrich (1995) o que prova que alguns partidos estão funcionando bem.

## Contexto Contemporâneo dos Partidos Políticos no Brasil

No ano de 2014, foi realizado o sexto ciclo eleitoral, em termos de eleições gerais, nacionais para Presidente da República, senadores e deputados parlamentares. Isto por um lado significou cada vez mais a institucionalização da competição política e eleitoral, ao mesmo tempo em que Brasil, chegava a um ciclo que os teóricos consideraram como suficiente para falar-se em termos de estruturação das vontades políticas.

Desse a redemocratização em 1988, com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988 notabilizou-se entre outros elementos a competição livre dos (n) partidos de abrangência nacional (Nicolau 1994), que poderiam concorrer em igualdade para eleições executivas ou legislativas (Formado pela Câmara e Senado). Entretanto, do ponto de vista da origem do sistema partidário Brasileiro, os principais partidos organizam a competição política e eleitoral há mais de 29 anos, o que significa que o país já tem algum tipo de experiência e sendo a mais longa experiência partidária da história política do País (Braga 2010).

Historicamente, entre 1979 a 1980, foram criados o PT, PDT, PTB. Do mesmo modo, o PMDB e o PDS/PP sofreram um processo de reorganização com vista a sua adequação atendendo as novas exigências da reforma partidária de 1979 (Braga 2006; Nicolau 1994). Continuamente

---

2 Não sendo o caso específico de Moçambique e Brasil, mas foi necessário trazer este ponto para demonstrar a dimensão funcional e organizacional dos partidos.

o PFL, que atualmente é o DEM, fundou no período das eleições indiretas para a Presidência da República em 1985, e em 1987, ainda no processo de debates Constitucionais, houve dissidência no PMDB levando a criação do PSDB (Braga 2010). A autora continua explicitando que alguns partidos com alguma relevância surgem em meados de 1980, destacando o PSB, PL, PR, PCB/PPS, PC do B e PV. Foi a partir finais de 1989 que a estrutura institucional se estabelece e permite legalmente a atuação dos partidos políticos, que fazem parte das principais instituições democráticas, tal e igual o sistema eleitoral, sistema de governo, formato e funcionamento do Estado.

Em tempos atuais é preciso contextualizar a problemática do presidencialismo de coalizão. Sadek (1993) Avritzer (2016), Sathler e Braga, (2015) pretendem explicitar que o pluripartidarismo, que foi ratificado pela Constituição promulgada em 1988, permite a realização das eleições fundadoras sob a nova ordem constitucional repetiram os parâmetros legais de irrestrita liberdade partidária do pleito anterior. As eleições de 1988 redesenharam um quadro multipartidário com amplo leque de partidos ou legendas, e isso veio a se confirmar com a eleição presidencial, que de um lado veio confirmar a tendência à proliferação de siglas, apresentaram-se 22 candidatos, a maioria dos quais pertencentes a partidos sem representação no então Congresso Nacional, de outro lado, mostrou a fragilidade dos partidos com força congressual (Sadek 1993; Avritzer 2016).

Desta forma, a questão que se coloca como central na organização eleitoral brasileira é a combinação entre princípio proporcional com lista aberta que determina a ocupação das cadeiras no legislativo, pois esse formato permite uma grande proliferação de partidos, o que por consequência leva a alta fragmentação partidária, o que mais tarde, Abranches (1998) analisando as consequências destas regras eleitorais, evidenciou que as regras institucionais, como o sistema eleitoral, leis eleitorais, princípios norteadores da regra do jogo, entre outros, produzem no contexto brasileiro, o presidencialismo de coalizão. Aqui importa referenciar que Abranches ao batizar o sistema político com este nome, era pelo fato deste apresentar como principal característica a eleição do presidente da república com mais votos do que seu partido recebe nas eleições para o poder legislativo, o que cria a necessidade de alianças políticas (Avritzer 2016, Abranches 1998; Sathler & Braga 2015).

Em tese, a ideia de Abranches (1988) era reconhecer que o presidencialismo poderia funcionar como um parlamentarismo. Esta colocação contraria os argumentos explícitos por Linz (1994), de que 1 - o poder executivo não pode ser compartilhado sob o presidencialismo, e 2 - a ideia de que a formação de coalizões interpartidárias é rara sob o

presidencialismo. Estas teses de Linz, foram rapidamente ultrapassadas, em razão delas não terem englobado um conjunto de análises comparativas sobre a mesma temática na América Latina. As pesquisas de Amorim Neto (1998) e Altman (2001), foram passos importantes na literatura da ciência política que permitiram demonstrar que os presidentes Latino-Americanos, usam uma composição ministerial multipartidária para assegurar a governabilidade (Sathler & Braga, 2015).

Este modelo apresenta suas consequências, pois as eleições para o parlamento brasileiro seja na esfera nacional como nos estados (não incluindo nesse caso a eleição para o senado), são sob as regras da proporcionalidade, apresentando o sistema de lista aberta, no caso do Brasil os distritos eleitorais são os estados, que no caso brasileiro são de grande magnitude combinado com grande número de eleitores, sendo as cadeiras distribuídas de modo proporcional aos votos obtidos por cada partido ou em alguns casos as coligações no distrito, isso leva a divisão de votos e consequente proporcionalidade, não existindo um vencedor como acontece na eleição majoritária (Nicolau 2004; Leite & Santos 2010; Lamounier 1994; Kinzo 1993; Reis 1995), o que determina o surgimento natural do presidencialismo de coalizão (Abranches 1998).

## Partidos e Contexto Político em Moçambique

Moçambique, como nação, resultou da guerra contra o colonizador (Portugal) levada ao fim pela FRELIMO, entre 1964 a 1974. Este processo foi auxiliado a partir das bases na retaguarda situadas na recém-independente Tanzânia (cuja orientação era socialista), assim, muito cedo, a FRELIMO se estabeleceu na região Norte de Moçambique (De Brito 1995; Terenciano e Souza 2015; Terenciano, Carlos e Braga 2016). Com apoio militar da China, da URSS e de outros países do bloco do Leste, a Frente expulsou os portugueses de zonas substanciais das províncias setentrionais de Tete, Niassa e Cabo Delgado. No golpe militar de 1974, em Lisboa, derrubou-se Marcelo Caetano, abrindo, assim, caminho para independência de Moçambique, em 1975, sob o poder da FRELIMO (Pitcher 2002; Manning 2002; Pitcher 2004; Terenciano e Souza 2015; Terenciano 2016). A orientação socialista da FRELIMO foi consolidada em 1977, com a adoção oficial do marxismo-leninismo pelo partido. Sob a liderança do movimento de libertação (FRELIMO), Moçambique independente, em 1977, tornou-se um Estado Socialista-Marxista de partido único, baseado nos princípios do centralismo democrático com um sistema político-administrativo altamente hierarquizado.

A história política e eleitoral de Moçambique foi instituída por eleições em um contexto de partido único. Por conta disto, em 1977 e em 1986, foram realizadas as primeiras e as segundas eleições no contexto do sistema de partido único, com objetivo de escolher os representantes do povo (Nuvunga 2007; Terenciano et al 2015; 2016). No período que prevaleceu o Partido-Estado com ideologia Marxista, conforme Pitcher (2002) e Terenciano (2016) atravessou-se um período de crise e subsequente transição e mudanças ocasionais do modelo socialista de governo, ao mesmo tempo em que o Governo estava imerso na luta dos dezessete anos de conflito contra a RENAMO. Esta última surgiu em 1976/7 (?) contra o poder centralizado da FRELIMO, cujos líderes como André Mantsangaisa e Afonso Dhlakama, organizaram desde então a resistência ao poder autoritário da FRELIMO.

O governo da FRELIMO inicia um processo de reformas econômicas, que foi acompanhado pela liberalização política. Esta passagem é ilustrada quando em 1989, no Vº Congresso do Partido, a FRELIMO abandonou sua ideologia marxista-leninista transformando-se em um partido de frente mais ampla. Oponente duradoura da FRELIMO na guerra civil, a RENAMO assinou um Acordo Geral de Paz em 1992 e começou a edificar um partido político, posteriormente, iniciou a sua campanha para as eleições. No pleito de 1994, a FRELIMO ganhou com 44% dos votos para Assembleia da República, mas a RENAMO se transformou na maior força da oposição, ganhando 38% do voto nas eleições para a Assembleia da República em 1994 (Manning 2002; Terenciano e Souza 2015; Visentini 2016).

## **Efetividade dos partidos Políticos e da Competição Eleitoral no Brasil e Moçambique**

A problemática dos partidos políticos e a efetividade da competição sempre estiveram na luz do dia. Pois, para compreender a estrutura do campo político, é necessário compreender primeiramente a maneira como se estrutura a competição política. No caso Brasileiro, pela importante compreender que, desde as eleições de 1989, houve sempre uma tendência de uma competição centrípeta, pois os principais partidos como o PMDB, PSDB, PT e o DEM, conseguem estruturar a competição a seu redor, formando o que Ribeiro (2013) considera de partidos da primeira linha. Cada vez mais vai ficando evidente que há uma espécie de padronização da competição eleitoral, do voto no Brasil, pois as disputas estão divididas entre os dois partidos PSDB e o PT, que na opinião do autor, são os únicos capazes de encabeçar coligações eleitorais nacionais, fortes e suficientes para vencer

as eleições e pelo menos estruturar a competição<sup>3</sup>.

Outro aspeto importante neste debate é a regionalização dos votos, que foi visível ao menos até as eleições de 2010. A dimensão que trazemos é sobre a uniformização da distribuição do voto em cada região do País. Verifica-se que a Região do Nordeste, majoritariamente foi favorável ao PT e o seu candidato e a região Sul e Sudeste que foi favorável ao partido PSDB e PMDB. Do mesmo modo, Carreirão (2014) sustentou que há um conjunto de argumentos que são levantados para compreender a ideia de que os índices de consolidação ou institucionalização partidária estão sendo significativos e tendem a apontar no sentido de se efetivar conforme os moldes das democracias seculares. Segundo, a estrutura da disputa presidencial não é baseada na ideologia, mas sim no pragmatismo.

Para o caso de **Moçambique**, a estrutura da competição política é dual, no sentido em que se submete a duas forças políticas dominantes (FRELIMO e RENAMO). Isto por duas razões: de um lado estas duas forças são as mais enraizadas na sociedade, suas bases sociais são fortes e seu apoio eleitoral é marcadamente regional. Deste modo, a democracia multipartidária ou bipartidária em Moçambique começou, de fato, a partir de 1990, quando a Assembleia Popular aprovou uma nova Constituição da República, mudando o sistema político-eleitoral, até então unipartidário, para um sistema multipartidário e começavam a existir condições para pôr fim a Guerra Civil, de 1976-1992, cujo apogeu foi à assinatura do Acordo Geral de Paz na cidade italiana de Roma, em 1992<sup>4</sup>, o que levou a formação de novas agremiações políticas e a realização das primeiras eleições multipartidárias de 1994. A partir desta nova configuração, foram realizadas nove eleições sob a égide de um sistema competitivo multipartidário, das quais cinco foram para executivo e legislativo – 1994, 1999, 2004, 2009 e 2014.

Desde 1994, o Partido conhecido como Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), vem ganhando sucessivamente as eleições, sendo o partido vencedor em todas as eleições executivas<sup>5</sup> e também conquistando

---

3 Não é nossa pretensão discutir as eleições de 2016, contudo, nossa análise se envereda até as eleições de 2014, onde mais uma vez, nas presidenciais ou para congresso Nacional, viu-se que estes dois partidos eram os mais capazes de estruturar coligações e transformar-se em coligações vencedoras.

4 O Acordo Geral de Paz de Roma foi um acordo entre o partido-Estado (FRELIMO) e a RENAMO (movimento rebeldes), que era o movimento de resistência, considerada como desestabilizador do País, que colocou o fim da guerra civil em Moçambique de 1976-1992. Este acordo, foi assinado em Roma, na Cidade Italiana, em 4 de outubro de 1992. Salientar que este acordo, seguia sobremaneira a viragem da página da história política de Moçambique, a par da nova Constituição de 1990, que permitia por Lei, a existência de novas agremiações políticas e uma democracia nos moldes eleitoralista.

5 Apesar das vitórias sucessivas da FRELIMO, o maior partido da Oposição, a RENAMO,

a maioria dos assentos no Legislativo Moçambicano. Todavia, apesar das vitórias sucessivas da FRELIMO, o campo político Moçambicano, mostra-se distribuído por zonas de dominação dos dois principais partidos, que conforma a geografia política e eleitoral do País, da seguinte maneira: o Partido FRELIMO domina todas as províncias da zona Sul do País e o Extremo-Norte, inversamente a RENAMO domina a Zona Central e Centro-Norte do País. Este cenário vem cada vez mais se consolidando desde as primeiras eleições de 1994, porém, com maior notoriedade em 1999, onde houve um equilíbrio entre os dois partidos (De Brito 2014, 31).

Hipoteticamente, no contexto brasileiro, assim como o Moçambicano, o que se visualiza é que processo do sistema partidário é institucionalização e de outro incipiente. Alguns autores como Rose e Mackie (1988) explicitam que os principais argumentos que devem ser levantados para compreender a institucionalização do sistema partidário ou dos partidos políticos, devem necessariamente incluir três elementos: 1 – referir se a existência de organizações competitivas ao nível das eleições nacionais. Aqui tanto em Moçambique, quanto no Brasil, é possível visualizar. A competição política e eleitoral é nacional, e os partidos participam na disputa nacionalmente; 2- os partidos institucionalizados apresentam candidatos presidenciais às disputas nacionais, neste contexto, tanto Moçambique, quanto Brasil apresenta partido disputando a presidência.

Em 2014, Moçambique apresentou três candidatos presidenciais, e por sinal são os presidentes dos partidos com penetração parlamentar na legislatura 2015-2019. Para o caso Brasileiro, teve 3 três candidatos presidenciais, e deste os seus partidos conseguiram representação no parlamento e o PMDB, que mesmo não apresentando presidente, têm tido um bom desempenho eleitoral nas legislativas. 3 – A permanência dos partidos políticos na competição por sucessivas eleições. Nesse ponto, apenas dois partidos em Moçambique têm esta característica, e os outros continuam permanecendo, como é o caso do PIMO, mas nunca tiveram nenhuma representação parlamentar. Do mesmo modo, no Brasil, vários

---

nunca reconheceu oficialmente os resultados de todas as eleições até então realizadas, como tal, o Líder Afonso Dhlakama, tem sucessivamente contestando os resultados eleitorais e as vitórias a favor do candidato e o partido FRELIMO, alegando a fraude e falta de transparência na gestão do processo eleitoral. Se bem que há dúvidas, ao menos as eleições de 1999, há ainda mais margens de dúvida. Por quê? Porque naquelas eleições, houve centenas de milhares de votos da Zambézia e Nampula (regiões que compõem os dois maiores círculos eleitorais do País e particularmente favoráveis à RENAMO), que não foram contabilizados, Dhlakama, teve 2 133 665 votos (48%), contra 2 338 333 votos (52%) para Chissano, do partido FRELIMO que conseguiu se reeleger. Mas em uma situação deixa duvidosa, visto que os votos que não foram contabilizados (quase 300 000 mil votos), em si, correspondiam a 8% do total da votação. Sendo a uma região de domínio da RENAMO, permite ainda mais dúvidas se o candidato da oposição não teria realmente ganho as eleições (De Brito 2014; Hanlon 2000).

são os partidos que pontuam fortes e permanecem desde a legislatura de 1989, com destaque para o PMDB, PSDB e o PT (Braga 2010, 49).

## Sobre a estrutura da Competição Eleitoral nos dois países

Para avaliar a dinâmica e a estrutura da competição eleitoral, se ela pode ser considerada fechada ou aberta, é necessário recorrer a um conjunto de literatura que sustentem nossos argumentos. Sartori (1982), Lipset & Rokkan (1967), explicam que as condições sociais estruturam e são muito determinantes na estruturação da competição Eleitoral. No dizer dos autores, a função dos partidos é que determinam se o sistema partidário será fechado ou aberto. Neste caso, os partidos passam a ser polos de atração e produção do alinhamento eleitoral que independe do elemento geográfico, social, cultural subjacente ao movimento. Do mesmo modo, para Lipset & Rokkan (op. cit.) é importante pensar na estrutura da clivagem que vai determinar se o sistema partidário vai ser aberto ou fechado. Neste caso, devem ser incluídos elementos como recurso de mobilização dos agentes, o suporte político, a lealdade, solidariedade e compromisso, e considerar ainda dois agentes: internos e externos.

Mair (1996) explica que é necessário pensar-se na possibilidade do congelamento dos sistemas partidários que não permite a entrada de novos atores e estes se tornarem relevantes se comparado com os existentes. Para Mair (op. cit.) a verdadeira competição se verifica não entre os partidos com ideologias diferentes, mas sim, na sua concorrência entre aqueles designados em manter as principais dimensões da competição e aqueles invisíveis. Contrariamente o sistema partidário descongelado, seria aquele cujo mercado eleitoral é fechado somente para os partidos surgidos das profundas clivagens sociais fortes, ou grandes partidos organizados, e há uma continua volatilidade e instabilidade das preferências eleitorais (Poguntke 1995; Schattschneider 1960; Blondel 1968).

Para o caso Brasileiro, a estrutura da competição é descongelada, pois permite acessibilidade de (n) atores que anteriormente não estavam integrados dentro do sistema partidário. Nossa abordagem parte do princípio de que a alta fragmentação não é acompanhada pelo pressuposto do sistema partidária congelado. Contrariamente o sistema partidário Moçambicano é congelado, visto que não permite com fiabilidade a entrada de novos atores políticos dentro dele, isto é, apenas dois partidos FRELIMO e RENAMO, que controlam o sistema partidário. Não se esta dizendo que é bipartidário, mas têm algumas características que lhe permitem esta tipificação em detrimento do multipartidarismo ou unipartidarismo. Neste

caso, a estrutura da competição política e eleitoral de Moçambique, seria fechada a entrada de novos atores políticos e a possibilidade de avaliar estes na sua relação com a estrutura e o processo de formação do governo.

Mair (1996) explicita que a estrutura da competição considera-se fechada quando não há alternância nos escritórios ou gabinetes; formulações que regem o acesso ao governo, restringem-se para um número reduzido; Novos partidos encontram-se praticamente impossibilitados de romper a estrutura do governo; Ausência de fórmulas inovadoras e a presença de apenas dois partidos no governo ou com capacidade de chantagem. O sistema previsível ou aberto, aquele cujo há alternância prática nos gabinetes, fórmulas regimentais inovadoras, o acesso ao governo é aberto (quase) para todos os partidos.

## Partidos Políticos em Moçambique e no Brasil

Desde que aprovaram da constituição multipartidária em 1990 em Moçambique, permitiu legalmente a competição política e eleitoral, regida por leis e normas, bem como princípios, emanadas na carta constitucional e nas demais leis – lei eleitoral, lei dos partidos políticos, etc., começaram a surgir diversos partidos políticos, primeiramente com uma expressão mais étnica e tribal, e mais tarde com uma intenção de ser nacional. Como demonstra Lundin (1995), os partidos políticos em Moçambique tanto os parlamentares – FRELIMO, RENAMO e com alguma exceção a Coligação União Democrática, tiveram uma base de apoio quase étnica e tribal. Este dado pode ser mensurado pelo fato de, os seus principais dirigentes, as suas zonas de dominância eleitoral, bem como os distritos eleitorais com uma expressão de voto acima da média. Foi exatamente nos regiões em que os mesmo partidos ainda na guerra civil ocupavam, dominavam e controlavam as regiões geográficas de Moçambique, que passa a viver uma democracia multipartidária.

Com base nas informações oficiais da Comissão Nacional de Eleições, e os dados oficiais disponíveis no portal do Governo, em Moçambique, existem os seguintes Partidos Políticos<sup>6</sup>. Salientar que dos

---

6 1 – Partido Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) 2 - Resistência Nacional Moçambicana (REMANO) 3 - Frente Democrática Unida (FDU) 4 – Partido Movimento Democrático de Moçambique (MDM) 5 - Partido para o Progresso do Povo de Moçambique (PPPM) 6- Partido de Unidade Nacional (PUN) 7- Frente Unida de Moçambique/Partido de Convergência Democrática (FUMO/PCD) 8- Movimento Nacionalista Moçambicano/Partido Social Democrata (MONAMO/PSD) 9- Partido da Convenção Nacional (PCN) 10- Aliança Independente de Moçambique (ALIMO) 11- Partido Ecologista de Moçambique (PEMO) 12- Partido de Reconciliação Democrática (PAREDE) 13- Partido Independente de

47 partidos existentes, apenas três têm representação parlamentar. Isto é, que nos dizeres de Nicolau (2004) seria baixa fragmentação partidária, pois somente dois têm uma representação acima de 10%. No contexto Brasileiro, os partidos Políticos apenas cinco já existiam antes do período da democratização, mas vieram se consolidar como instituições relevantes depois da Constituição de 1988. Assim, indicam um conjunto de estudos que a fragmentação partidária é a característica chave do sistema partidário Brasileiro, isto porque, Brasil e têm mais de 35 partidos, e deles 28 com representação parlamentar na camada dos deputados, conforme vê-se na figura a baixo:



Fonte: Almeida, R; Mariani, D; Damasi, B (2016). Adaptado pelo autor

---

Moçambique (PIMO) 14- Partido Liberal e Democrático de Moçambique (PALMO) 15- Partido Democrático para a Reconciliação em Moçambique (PAMOMO) 16- Partido do Congresso Democrático (PACODE) 17- Partido Trabalhista (PT) 18- Partido Popular de Moçambique (PPM) 19- Partido Democrático de Moçambique (PADEMO) 20- Partido para a Paz, Democracia e Desenvolvimento (PDD) 21- Partido Social-Liberal e Democrático (SOL) 22- Partido Democrático para a Libertação de Moçambique (PADELIMO) 23- Partido Nacional Democrático (PANADE) 24- Partido de Ampliação Social de Moçambique (PASOMO) 25- Partido Nacional de Moçambique (PANAMO) 26- Partido Nacional dos Operários e dos Camponeses (PANAOC) 27- Partido Ecologista - Movimento da Terra (PEC e MT) 28- Partido Renovador Democrático (PRD) 29- Congresso dos Democratas Unidos (CDU) 30- União Nacional Moçambicana (UNAMO) 31- Partido Africano Conservador (PAC) 32- Frente Liberal (FL) 33- Partido União para Mudança (UM) 34- Partido Livre Democrático de Moçambique (PLDM) 35- Partido para a Liberdade e Solidariedade (PAZS) 36- Partido de Reconciliação Nacional (PARENA) 37- Partido dos Verdes de Moçambique (PVM) 38- Partido para Todos os Nacionalistas de Moçambicanos (PARTONAMO) 39- Partido Social Democrático de Moçambique (PSDM) 40- Partido da Aliança Democrática e Renovação Social (PADRES) 41- Partido Socialista de Moçambique (PSM) 42- Partido Social Democrata Independente (PASDI) 43- Partido Popular Democrático de Moçambique (PPD) 44- Partido do Progresso Liberal de Moçambique (PPLM) 45- União Moçambicana da Oposição (UMO) 46- Movimento Juvenil para a Restauração da Democracia (MJRD) 47- Frente de Acção Patriótica (FAP) Partido Unido de Moçambique da Liberdade Democrática (PUMILD).

(2017)

De todos partidos com representação no parlamento ou não, foram criados entre 1981 a 2014. No contexto brasileiro a idade do partido não conta muito para sua efetivação ou albergar votos suficientes para conseguir a representação parlamentar. Sinuosamente, no contexto Moçambicano, onde os principais partidos continuam tendo uma dominância no congresso moçambicano por um lado pela sua força e enraizamento na Sociedade, e por outro lado, pelo fato da oposição não funcionar efetivamente como alternativa.

## Considerações Finais

Este artigo apresentou como objetivo de investigação, analisar o sistema partidário dos dois países considerando elementos como, a estrutura da competição, os partidos políticos e o contexto e funcionalidade dos elementos fundamentais que caracterizam o campo político nos dois países. Considerando estas nuances, é visível que Moçambique possui um sistema partidário de dois partidos, onde a FRELIMO, partido Governista e a RENAMO, são os mais dominantes. Obviamente considerando a tipologia que pode se pensar num partido dominante que permite a existência de demais partidos, mas que apenas ele, deve continuar a ganhar as eleições. Contrariamente, o sistema partidário Brasileiro é multipartidário, e altamente fragmentado, o que às vezes dificulta a governabilidade e a execução da governança.

Em termos da estrutura do sistema partidário, Moçambique apresenta um sistema partidário quase fechado, pois nem todos os elementos que caracterizam os sistemas fechados, podem ser visualizados no contexto de Moçambique, do mesmo modo, Brasil, a estrutura do sistema partidário é aberto, pois permite a entrada de novos partidos que estava fora no governo.

Finalmente, a dominância de dois partidos para o caso moçambicano que estrutura os elementos da competição política e organização partidária no governo, no parlamento, ou no eleitorado. E no caso brasileiro, são várias nuances a destacar, um sistema cípiente e com estrutura de competição aberta, que se caracteriza pela alta fragmentação explicada pelo presidencialismo de coalizão. As instituições políticas são funcionais, mas amparados pela força de mais de oito partidos efetivos. A governabilidade tem sido um elemento a ser mensurado, pois em parte, oito partidos efetivos, numa democracia que é representativa de diversos seguimentos da sociedade, pode tornar-se inviável a governabilidade. E tornar-se continuamente em

um sistema partidário “razoavelmente estabilizado”, com certa regularidade no relacionamento entre os partidos, eleitores, Estado.

## REFERÊNCIAS

- Aldrich, John. 1985. *Why Parties? The Origin and Transformation of Political Parties in America*. Chicago, The University of Chicago Press, (cap. 1 pg. 3-27).
- Anastasia, F.; Melo, C. R.; Santos, F. 2004. *Governabilidade e Representação Política na América do Sul* (capítulo 1). Editora Unesp.
- Blondel, J. & Cotta, M. (eds). 1996. *Party and Government – an inquiry into the relationship between governments and supporting parties in Liberal Democracies*. London, Macmillan.
- Braga, Maria S. 2006. *O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política (1982-2002)*. São Paulo: Humanitas, Fapesp.
- Braga, Maria S. 2010. Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partido e sistema partidário institucionalizados. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 4, p. 43-72.
- De Brito, L. 1995. O Comportamento Eleitoral nas Primeiras Eleições Multipartidárias em Moçambique. In *B. Mazula*, ed. Moçambique, Eleições, Democracia e Desenvolvimento. Maputo.
- . Francisco, António; Pereira, Cândido G; Rosário, Domingos do. Moçambique 2003: uma avaliação do potencial de conflito. Centro de Estudos de População da Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, 2003.
- et al. Formação do Voto e Comportamento Eleitoral dos Moçambicanos em 2004. *Série Texto e Documentos* N. 1. Maputo, EISA Moçambique.
- Carreirão, Yan. 2006. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. *Opinião Pública*, v. 12, n. 1, p. 136-163.
- Carreirão, Yan. 2008. Opiniões políticas e sentimentos partidários dos eleitores brasileiros. *Opinião Pública*, v. 14, n. 2, p. 319-351
- Criddle, B. 1987. France: Parties in a Presidential System. in Ware, A. (ed.) *Political Parties – Electoral change and Structural Response*. Oxford. Basil Blackwell (pgs.137-157).
- Dalton, Russel. J. 2000. The Decline of Party Identifications. In Dalton. R.J. Mcallister, I. & Wattengerg, M (eds.) *Parties without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies*. Oxford: Oxford University Press.

- Dalton, R.J. McCallister, I. & Wattengerg, M. The Consequences of Partisan Dealignment. In Dalton, R.J. McCallister, I. & Wattengerg, M (eds.).
- Duverger, Maurice. 1970. Os Partidos Políticos. Rio de Janeiro, Zahar. Introdução.
- Eldersveld, Samuel. 1966. *Political Parties: a behavioral analysis*. Chicago: R. McNally & Co 2 ed.
- Epstein, Leon D. 1967 Political Parties in Western Democratic Systems. in Roy Macridis (eds.) *Political Parties – Contemporary Trends and Ideas*. New York, Harper Torchbooks.
- Epstein, Leon D. 1967. *Political Parties in Western Democracies*. New Brunswick & London, Transaction Books, 2 ed.
- Farrell, David & Webb, Paul. 2000. Political Parties as Campaign organizations. in Dalton, R. J. McCallister, I. & Wattengerg, M (eds.) *Parties without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies*. Oxford: Oxford University Press.
- Green, John. 2002. Still Functional after all these years: Parties in the United States, 1960-2000. In Webb, P. Farrell, D. & Holliday, I (eds) *Political Parties in Advanced Industrial Societies*. Oxford: Oxford University Press.
- Katz, R.S. & Mair, P. 1992. *Party Organizations: A Data Handbook on Party Organizations in Western Democracies, 1960-90*. Londres: Sage.
- Kinzo, Maria D’Alva G. 1993. *Radiograma do quadro partidário brasileiro*. São Paulo: Instituto Konrad-Adenauer-Stiung.
- Kirchheimer, O. 1966. The Transformation of the Western European Party Systems. in Lapalombara, J. & Weiner, M. (eds) op.cit. *Political Parties and Political Development*. Princenton, PUP, (Pgs.177-220).
- Klingemann, H., Hofferbert, R.I. e Budge, I. 1994. (eds.) *Parties Policies and Democracy*. Boulder: Westview Press.
- Lamounier, Bolívar. 1992. Estrutura institucional e governabilidade na década de 1990. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (org.). *O Brasil e as reformas políticas*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Lipset, Seymour M. e Rokkan, Stein. 1967. *Cleavage Structures, Party Systems and Voter alignments*. New York, Free Press.
- Mair, Peter. 1997. *Party System Change – Approaches and Interpretations*. Oxford, Clarendon Press.
- Michels, Robert. 1982. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília. UNB.
- Nicolau, J. 2012. *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar.

- Norris, P. 2011. Cultural Explanations of Electoral Reform: A Policy Cycle Model. *West European Politics*, 34 (3), p. 531-550.
- Nicolau, J. 2012. *Sistemas Eleitorais*. Editora. FGV, Viçosa.
- Nicolau, J. 2004. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zaher Editores.
- Nohlen, D; Bernard, T; Krennerich, M.1999. *Elections in Africa*. Oxford University Press. Eds.
- Norris, P. 1997. Choosing Electoral Systems: Proportional, Majoritarian and Mixed Systems. *International Political Science Review*, 18 (3): 297-312.
- Olson, D. M. 1998. Party Formation and Party System Consolidation in the New Democracies of Central Europe. In *Hoffembert, Richard, Parties and Democracy*. Blackwell Pub.
- Peres, P. S. 2005. *Sistema partidário e dinâmica democrática no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Rae, Douglas. 1967. *The political consequences of electoral laws*. New haven and London, Yale University Press.
- Sartori, G. 1982. *Partidos e Sistemas Partidários*. Brasília, Zahar/UNB.
- Steinmo, S., Thelen, K. e Long-Streth, F. 1997. *Structuring politics: historical institutionalism in comparative analysis*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Strom, K. Parties at core of government. In *Dalton. R.J. Mcallister, I. & Wattenberg, M (eds.)*.
- Tavares, J. 1994. *Sistemas Eleitorais nas democracias contemporâneas: Teoria, Instituições e estratégias*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- Terenciano, F., Souza, C. 2015. Democracia e Democratização na Africa Austral: Análise do sistema político e eleitoral de Moçambique e Zâmbia. Apresentação no 12 Congresso da Associação Argentina de Análise Política, Cidade de Mendoza, Argentina, entre 12 a 15 de Setembro de 2015.
- Ware, A. 1996. *Political Parties and Party Systems*. Oxford, Oxford University Press.
- Wattenberg, M. 1998. *The Decline of American Political Parties – 1952-1996*. Cambridge: Harvard University Press.
- Webb, P. Farrell, D. e Holliday, I (eds) 2002. *Political Parties in Advanced Industrial Societies*. Oxford: Oxford University Press. (Pgs.16-45).
- Webb, Paul. e Fisher, J. 1999. The Changing British Party System: two-Party

Equilibrium or the Emergence of Moderate Pluralism?. In Broughton, D. & Donovan, M (eds.) *Changing Party Systems in Western Europe*. London, Pinter.

## RESUMO

O estudo apresenta como objetivo de investigação compreender a estrutura do sistema partidário e a efetividade da competição política no Brasil e em Moçambique, evidenciando os contornos e o funcionamento dos partidos políticos nos dois países. Teoricamente, existem estudos (Duverger 1961; Ingleshart 1971; Sartori 1982; Webb 2000; Dalton e Wattenberg 2000) que ilustram algumas das abordagens desenvolvidas neste estudo. Metodologicamente, trata-se de um trabalho exploratório e descritivo. Foi considerada uma base de dados sobre os processos políticos em perspectiva comparativa, combinados com medidas qualitativas e quantitativas de produtividade. Os resultados indicam que Moçambique apresenta um sistema partidário de dois partidos e que o Brasil apresenta um sistema multipartidário e altamente fragmentado. Em termos de estrutura do sistema partidário, Moçambique detém um sistema partidário quase fechado e, no caso do Brasil, a estrutura do sistema partidário é aberta.

## PALAVRAS-CHAVE

Partidos; Competição Política; Brasil; Moçambique.

*Recebido em 01 de novembro de 2017.  
Aprovado em 22 de dezembro de 2017.*